



# Mais de 2 milhões de pessoas abastecidas com água tratada de qualidade

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO – CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e Pareceres do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Auditoria Independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007.

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	2007	2006	PASSIVO	2007	2006
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalente de caixa (nota 4).....	4.189	6.386	Fornecedores (nota 12).....	25.062	18.283
Aplicações financeiras (nota 5).....	39.679	35.847	Financiamentos (nota 13).....	7.276	7.583
Créditos e contas a receber de usuários (nota 6).....	54.644	52.667	Juros sobre capital próprio (nota 20).....	17.149	13.801
Estoques de materiais.....	3.727	2.557	Participação de empregados (nota 20).....	2.600	2.600
Adiantamento a empregados.....	2.970	1.175	Contribuições para FAECES (nota 17).....	5.072	4.770
Impostos a recuperar (nota 7).....	4.040	4.531	Impostos e contribuições a recolher (nota 14).....	8.010	8.357
Outros créditos a receber.....	540	499	Provisão para férias e encargos.....	10.294	9.268
Total do ativo circulante.....	<b>109.789</b>	<b>103.662</b>	Provisão para contingências (nota 15).....	2.797	2.592
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			Outras contas a pagar.....	1.531	2.368
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			Total do passivo circulante.....	<b>79.791</b>	<b>69.622</b>
Créditos e contas a receber de usuários (nota 6).....	4.392	-	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Depósitos judiciais (nota 8).....	<b>11.895</b>	<b>15.271</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		
Total.....	<b>16.287</b>	<b>15.271</b>	Financiamentos (nota 13).....	47.728	49.239
<b>PERMANENTE</b>			Impostos e contribuições a recolher (nota 16).....	126.376	127.311
Investimentos.....	126	126	Provisão para contingências (nota 15).....	14.745	12.403
Imobilizado (nota 9).....	946.451	878.813	Contribuições para FAECES (nota 17).....	47.323	47.705
Diferido (nota 11).....	<b>23.465</b>	<b>20.808</b>	Créditos de acionistas (nota 18).....	33.806	7.430
Total do ativo não circulante.....	<b>970.042</b>	<b>899.747</b>	Total do passivo não circulante.....	<b>269.778</b>	<b>244.088</b>
Total do ativo.....	<b>986.329</b>	<b>915.018</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>TOTAL DO ATIVO.....</b>	<b>1.096.118</b>	<b>1.018.680</b>	Capital social (nota 20).....	549.665	519.309
			Reserva legal (nota 20).....	4.012	2.405
			Reserva de capital.....	13.129	546
			Reserva de investimentos (nota 20).....	18.862	16.088
			Reserva de reavaliação (nota 20).....	160.881	166.622
			Total do patrimônio líquido.....	<b>746.549</b>	<b>704.970</b>
			<b>TOTAL DO PASSIVO.....</b>	<b>1.096.118</b>	<b>1.018.680</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2007	2006		2007	2006
<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS</b>			<b>LUCRO OPERACIONAL</b> .....	<b>15.153</b>	<b>9.982</b>
Serviço de abastecimento de água.....	294.900	277.044	<b>RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS</b>		
Serviço de esgoto.....	45.557	41.982	Receitas não operacionais.....	6.612	8.339
Total.....	<b>340.457</b>	<b>319.026</b>	Despesas não operacionais.....	(1.763)	(1.270)
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>			<b>RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES</b> .....	<b>20.002</b>	<b>17.051</b>
PASEP.....	(3.270)	(3.170)	Provisão para contribuição social (nota 24).....	(741)	(845)
COFINS.....	(15.022)	(14.644)	Provisão para imposto de renda (nota 24).....	(1.933)	(2.249)
Total.....	<b>(18.292)</b>	<b>(17.814)</b>	<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS</b> .....	<b>17.328</b>	<b>13.957</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS (nota 21)</b> .....	<b>322.165</b>	<b>301.212</b>	Participação dos empregados (nota 20).....	(2.600)	(2.600)
Custos dos serviços de abastecimento de água.....	(113.351)	(101.844)	<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO</b> .....	<b>14.728</b>	<b>11.357</b>
Custos dos serviços de esgoto.....	(40.475)	(36.006)	Reversão dos juros sobre capital próprio (nota 20).....	17.400	14.460
Custos administrativos dos serviços de água e esgoto.....	(25.072)	(23.588)	<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b> .....	<b>32.128</b>	<b>25.817</b>
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (nota 22)</b> .....	<b>(178.898)</b>	<b>(161.438)</b>	<b>LUCRO POR GRUPO DE 1.000 MIL AÇÕES</b> .....	<b>0,06</b>	<b>0,05</b>
<b>LUCRO BRUTO</b> .....	<b>143.267</b>	<b>139.774</b>			
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>					
Despesas comerciais (nota 23).....	(31.392)	(42.646)			
Despesas administrativas.....	(61.877)	(50.347)			
Despesas financeiras e fiscais.....	(21.521)	(24.887)			
Juros sobre capital próprio (nota 20).....	(17.400)	(14.460)			
Variação cambial.....	3.747	2.357			
Outras receitas operacionais.....	329	191			
Total.....	<b>(128.114)</b>	<b>(129.792)</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**CESAN**  
qualidade em saneamento

**UM NOVO**  
**ESPÍRITO SANTO**  
Governo do Estado  
www.es.gov.br

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Investimentos	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005</b>	<b>492.963</b>	-	<b>172.644</b>	<b>15.086</b>	<b>1.115</b>	-	<b>681.807</b>
Absorção da reserva de investimentos	15.086	-	-	(15.086)	-	-	-
Aumento de capital social	11.260	-	-	-	-	-	11.260
Constituição da reserva de capital	-	546	-	-	-	-	546
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(9.104)	-	-	9.104	-
Reversão da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação	-	-	3.081	-	-	(3.081)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	25.816	25.816
<b>Destinação do lucro</b>							
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	1.291	(1.291)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(14.460)	(14.460)
Constituição da reserva de investimento	-	-	-	16.088	-	(16.088)	-
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006</b>	<b>519.309</b>	<b>546</b>	<b>166.622</b>	<b>16.088</b>	<b>2.405</b>	-	<b>704.970</b>
Absorção da reserva de investimentos	16.088	-	-	(16.088)	-	-	-
Absorção da reserva de capital	546	(546)	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	13.722	-	-	-	-	-	13.722
Constituição da reserva de capital	-	13.129	-	-	-	-	13.129
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(8.697)	-	-	8.697	-
Reversão da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação	-	-	2.957	-	-	(2.957)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	32.128	32.128
<b>Destinação do lucro</b>							
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	1.606	(1.606)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(17.400)	(17.400)
Constituição da reserva de investimento	-	-	-	18.862	-	(18.862)	-
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007</b>	<b>549.665</b>	<b>13.129</b>	<b>160.881</b>	<b>18.862</b>	<b>4.012</b>	-	<b>746.549</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2007	2006
<b>ORIGENS DOS RECURSOS</b>		
<b>Das operações:</b>		
Lucro líquido do exercício	32.128	25.817
Ajustes ao resultado:		
Depreciação e amortizações	38.724	36.652
Valor residual de bens baixados	722	897
Variações monetárias e cambiais	6.580	8.429
IR e CSSL sobre reserva de reavaliação	(2.957)	(3.081)
Resultado ajustado	<b>75.197</b>	<b>68.714</b>
<b>ORIGENS DE RECURSOS</b>		
Constituição da reserva de capital	13.129	546
Aumento de capital social	13.722	11.260
Créditos para futuro aumento de capital - Governo do Estado	26.177	3.215
Transferência do realizável a longo prazo para o ativo circulante	-	377
Redução do realizável a longo prazo	3.376	1.633
Transferência do passivo circulante para o exigível a longo prazo	-	4.474
Aumento do exigível a longo prazo	11.829	16.143
<b>Total das Origens</b>	<b>143.430</b>	<b>106.362</b>
<b>APLICAÇÃO DE RECURSOS</b>		
Transferência de créditos de acionistas para aumento de capital social		
Juros sobre capital próprio	17.400	14.460
Adição do ativo imobilizado	56.584	47.733
Investimentos do projeto águas limpas	48.108	14.146
Adição do ativo diferido	5.050	2.590
Redução do exigível a longo prazo	-	10.448
Transferência de exigível para o circulante	15.938	10.275
Aumento do realizável a longo prazo	4.392	407
	<b>147.472</b>	<b>100.059</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<b>(4.042)</b>	<b>6.303</b>
Demonstrado como segue:		
<b>No início do exercício</b>		
Ativo circulante	103.662	96.018
Passivo circulante	69.622	68.281
Capital circulante líquido	34.040	27.737
<b>No final do exercício</b>		
Ativo circulante	109.789	103.662
Passivo circulante	79.791	69.622
Capital circulante líquido	29.998	34.040
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<b>(4.042)</b>	<b>6.303</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2007 E 2006 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2007	2006
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Receita dos serviços de abastecimento de água e esgoto	340.457	319.026
Outras receitas	817	567
Provisão para devedores duvidosos (constituição)	-	(6.214)
Provisão para devedores duvidosos (reversão)	1.142	12.586
Provisões diversas	(3.516)	4.792
Resultados não operacionais	(880)	102
	<b>338.020</b>	<b>330.859</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
Materiais consumidos	(9.676)	(9.129)
Serviços consumidos e outros custos	(77.050)	(76.950)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(54.377)	(61.861)
	<b>(141.103)</b>	<b>(147.940)</b>
<b>RETENÇÕES</b>		
Depreciação e amortização	(38.725)	(36.652)
	<b>(38.725)</b>	<b>(36.652)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>158.192</b>	<b>146.267</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
Dividendos de investimentos avaliados ao custo	14	14
Receitas financeiras e variações monetárias ativas	(4.175)	4.863
Aluguéis	53	61
	<b>(4.108)</b>	<b>4.938</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>154.084</b>	<b>151.205</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Empregados		
Salários e encargos	63.058	57.837
Participação dos empregados nos lucros	2.600	2.600
Planos de aposentadoria e pensão	2.813	2.650
Assistência médica e odontológica	3.547	4.306
	<b>72.018</b>	<b>67.393</b>
Governo	40.650	50.401
Financiadores	9.288	7.595
Acionistas	17.400	14.460
Lucros retidos	14.728	11.356
	<b>154.084</b>	<b>151.205</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

# Lucro líquido acumulado de R\$ 112,3 milhões nos últimos cinco anos

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN é uma sociedade fechada, autorizada pelas Leis Estaduais nº 2.282 de 8 de fevereiro de 1967, nº 2.295 de 13 de julho de 1967 e nº 4.809 de 20 de setembro de 1993, que tem por objetivo social a realização de estudos, projetos, construção, operação e exploração industrial dos serviços de abastecimento de água e esgoto sanitário, bem como de qualquer outra atividade afim no Estado do Espírito Santo.

As empresas de saneamento básico têm gestão e condução de suas tarifas sujeitas às decisões de cada Governo Estadual, por estarem inseridas na política macroeconômica do Governo.

As atividades da CESAN abrangem 52 municípios do Estado do Espírito Santo, para execução e exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, merecendo destaque as dez maiores concessões de água e esgoto das quais a Companhia é detentora:

Concessões de água		Concessões de esgoto	
Localidade	N.º de ligações	Localidade	N.º de ligações
Serra.....	85.507	Serra.....	32.819
Vila Velha.....	77.300	Vitória.....	17.846
Cariacica.....	69.318	Cariacica.....	10.953
Vitória.....	52.490	Vila Velha.....	6.814
Guarapari.....	23.193	Castelo.....	4.663
Viana.....	11.862	Guarapari.....	4.471
Nova Venécia.....	8.503	Viana.....	4.052
Barra de São Francisco.....	7.785	Piúma.....	3.437
Conceição da Barra.....	7.704	São Gabriel da Palha.....	3.003
Piúma.....	7.266	Bom Jesus do Norte.....	2.321

A CESAN, em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador, que tem como uma de suas metas priorizar o social, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. No exercício de 2007, foram investidos aproximadamente R\$94.371 mil em projetos dessa natureza.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão em conformidade com a Legislação Societária Brasileira (Lei nº 6404/76) e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise da recuperabilidade do ativo imobilizado nas operações, assim como da análise de demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço.

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas, a Companhia apresenta como informação adicional a Demonstração do Valor Adicionado.

A Demonstração do Valor Adicionado tem por objetivo a apresentação de informações econômicas referentes à criação de riqueza (agregação de valores) pela Companhia e a distribuição dessa riqueza pelos fatores que contribuíram para sua criação.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência do exercício.

As receitas decorrentes do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, são estimadas e reconhecidas como receita não faturada.

#### b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados "pro rata temporis" até a data do balanço.

#### c. Contas a receber de clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários, pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

#### d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R\$5 mil são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na rubrica "Despesas comerciais".

#### e. Estoques de materiais

Os estoques de materiais, destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto, são demonstrados ao custo médio de aquisição, e estão classificados no ativo circulante e, aqueles destinados a projetos, são classificados no imobilizado.

#### f. Permanente

É demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos: (1) depreciação de bens do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota 9; (2) reavaliação espontânea dos bens do imobilizado, realizada em 1997 com base em laudo de avaliação emitido por peritos independentes; e (3) imobilização de encargos financeiros relacionados a financiamentos, obtidos junto a terceiros, destinados a obras em andamento.

#### g. Passivo atuarial

A Companhia patrocina plano de previdência privada administrado pela Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, entidade fechada de previdência complementar.

O objetivo do plano é complementar os benefícios concedidos pela Previdência Oficial, por meio do recebimento de contribuições individuais dos participantes (empregados) e da patrocinadora CESAN.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2007.

#### h. Empréstimos e financiamentos

São atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos até a data do encerramento do exercício.

#### i. Salários e encargos sociais

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

#### j. Provisão para contingências

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constitui provisão para contingências, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho desfavorável de processos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais, os quais estão em andamento.

#### k. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 mil anuais.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

#### l. Demais ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Os ativos circulantes, quando aplicáveis, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Os passivos circulantes e a longo prazo, quando aplicáveis, incluem os encargos incorridos até a data do balanço.

### 4. DISPONIBILIDADES

As disponibilidades estão demonstradas como segue:

	2007	2006
Caixa.....	93	87
Bancos - conta movimento.....	4.096	6.299
<b>Total.....</b>	<b>4.189</b>	<b>6.386</b>

### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações de renda fixa (certificados de depósito bancário), e estão assim demonstradas:

	2007	2006
Banestes.....	6.283	9.552
Banco do Brasil.....	12.996	1.569
Banco Real.....	5	5
Caixa Econômica Federal.....	20.395	24.721
<b>Total.....</b>	<b>39.679</b>	<b>35.847</b>

### 6. CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

Os valores a receber de clientes, com exceção de acordos firmados, não consideram multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso em seus pagamentos e podem ser assim demonstrados:

	2007			2006		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo prazo	Total
Valores a receber de usuários.....	54.666	4.392	59.058	53.201	-	53.201
Consumo não faturado.....	11.974	-	11.974	12.012	-	12.012
Arrecadação a discriminar.....	(4.108)	-	(4.108)	(3.285)	-	(3.285)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(7.888)	-	(7.888)	(9.261)	-	(9.261)
	<b>54.644</b>	<b>4.392</b>	<b>59.036</b>	<b>52.667</b>	<b>-</b>	<b>52.667</b>

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	2007
Valores faturados	
A vencer (circulante + realizável a longo prazo).....	20.961
Vencidos até 30 dias.....	9.490
Vencidos de 31 a 60 dias.....	4.844
Vencidos de 61 a 90 dias.....	3.127
Vencidos de 91 a 120 dias.....	2.870
Vencidos de 121 a 150 dias.....	2.334
Vencidos de 151 a 180 dias.....	2.079
Vencidos acima de 180 dias.....	4.022
	<b>49.727</b>
Parcelamentos a vencer.....	9.331
<b>Total.....</b>	<b>59.058</b>



**CESAN**  
qualidade em saneamento

**UM NOVO**  
**ESPÍRITO SANTO**  
Governador do Estado  
www.es.gov.br

Além do montante da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia contabilizou R\$25.741 mil de perdas na realização de créditos a receber, debitados diretamente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, na rubrica de perdas no recebimento de tarifas. Em 2006, essas perdas foram de R\$42.181 mil. Tais valores podem ser detalhados como segue:

	2007	2006
Baixa direta de valores até R\$5.000 .....	25.563	39.133
Reversão de perdas no recebimento das tarifas .....	(10.137)	(8.785)
Perdas de R\$5.000 a R\$30.000 .....	178	3.048
Recebimento de perdas de R\$5.000 a R\$30.000 .....	(115)	
<b>Total</b> .....	<b>15.489</b>	<b>33.396</b>

A movimentação da provisão para devedores duvidosos foi a seguinte:

	2007	2006
Saldo no início do exercício .....	9.261	12.585
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	(1.373)	(3.324)
Saldo no final do exercício .....	<b>7.888</b>	<b>9.261</b>

## 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	2007	2006
Imposto de renda antecipado (a) .....	2.524	2.370
Contribuição Social (b) .....	1.057	576
COFINS antecipado Lei nº 9.430/96 .....	162	1.251
PASEP Lei nº 9.430/96 .....	297	334
<b>Total</b> .....	<b>4.040</b>	<b>4.531</b>

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social antecipados referem-se à apuração anual demonstrada na nota explicativa 24.

## 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se a processos trabalhistas, cíveis e tributários em que a Companhia é parte integrante. São apresentados pelos valores originais, acrescidos de atualização até a data de 31 de dezembro de 2005. O saldo da conta de depósitos judiciais pode ser assim demonstrado:

	2007	2006
Depósitos judiciais .....	11.895	15.271
<b>Total</b> .....	<b>11.895</b>	<b>15.271</b>

## 9. IMOBILIZADO

Em operação	Taxas anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	2007	2006
				Total Líquido	Total Líquido
Terrenos .....		28.191	—	28.191	28.191
Barragens/tomadas .....	4	23.843	(8.163)	15.680	15.924
Edificações e estruturas .....	4	14.063	(3.912)	10.151	7.889
Estações de bombas .....	4	40.011	(8.775)	31.236	31.541
Reservatórios .....	4	43.328	(15.794)	27.534	27.137
ETE .....	4	103.460	(21.602)	81.858	75.580
Tubulações .....	2	569.883	(143.948)	425.935	411.135
Linhas de transmissão .....	5	8	(2)	6	6
Ligações prediais .....	2	103.561	(27.968)	75.593	70.463
Móveis e utensílios .....	10	4.720	(2.757)	1.963	1.222
Veículos Equip. Transportes .....	20	6.342	(4.432)	1.910	2.399
Hidrômetros .....	10	30.965	(11.561)	19.404	15.498
Máquinas e Equipamentos .....	10	95.271	(42.391)	52.880	57.562
Equipamentos - laboratório .....	10	3.460	(1.650)	1.810	1.945
Computadores e periféricos .....	20	4.393	(2.836)	1.557	1.864
ETA .....	4	44.028	(11.312)	32.716	28.897
<b>Total</b> .....		<b>1.115.527</b>	<b>(307.103)</b>	<b>808.424</b>	<b>777.253</b>
<b>Em andamento</b>					
Projeto Águas Limpas (a) .....		—	—	76.501	28.380
Pró-rural (b) .....		—	—	952	2.779
Convênios a receber (c) .....		—	—	11.491	12.390
Almoarifado para obras (d) .....		—	—	16.326	14.010
Obras diversas (e) .....		—	—	32.757	44.001
<b>Total</b> .....		—	—	<b>138.027</b>	<b>101.560</b>
<b>Total geral</b> .....		<b>1.115.527</b>	<b>(307.103)</b>	<b>946.451</b>	<b>878.813</b>

(a) O Projeto Águas Limpas está inserido no contexto do Programa de Saneamento e Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo, com ênfase na melhoria da qualidade e da quantidade da água para abastecimento da população.

Existem ações de fortalecimento institucional dos órgãos envolvidos com o setor de saneamento e com a gestão dos Recursos Hídricos, para assegurar a sustentabilidade dos investimentos e de seus benefícios ao longo do tempo.

A primeira etapa da execução do Projeto Águas Limpas abrange todos os 7 (sete) municípios que compõem a Região Metropolitana de Vitória e que abriga 52% da população urbana do Estado do Espírito Santo.

(b) Refere-se a investimentos em sistema de abastecimento de água e esgoto em comunidades de pequeno porte, no interior do Estado.

(c) Convênios firmados com prefeituras do interior, objetivando a execução dos sistemas de água e esgoto.

(d) Materiais adquiridos para utilização nas diversas obras a serem realizadas pela Companhia.

(e) Obras em andamento destinadas ao aumento da capacidade de produção para atender à demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Durante o exercício de 2007, a Companhia transferiu o montante de R\$49.874 mil para o ativo imobilizado de uso, em razão da conclusão dos empreendimentos, tendo iniciado a depreciação contábil desses projetos.

A Companhia conclui o processo de levantamento do ativo imobilizado decorrente dos convênios mantidos com os municípios da Serra e Piúma, incorporando ao seu ativo imobilizado o montante de R\$13.129 mil, em contrapartida da conta de reserva de capital.

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujos prazos de concessão são de 25 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não.

No caso de não-renovação o valor residual de ativos será indenizado à Companhia. Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão.

## 10. REAVALIAÇÃO DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 1997 foi efetuada a reavaliação do ativo imobilizado, cuja finalidade principal foi ajustar a reavaliação realizada em 31 de dezembro de 1994, bem como redimensionar as aquisições realizadas entre 1º de janeiro de 1995 e 31 de dezembro de 1997.

A reavaliação atingiu o montante líquido de R\$369.516 mil, sendo contabilizada em 31 de dezembro de 1998 na conta do ativo imobilizado em contrapartida da conta de reserva de reavaliação.

Durante o exercício de 2007 foi realizado o montante de R\$5.740 mil líquido do imposto de renda e contribuição social (R\$6.023 em 2006). Estes valores foram considerados para fins de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Os efeitos da depreciação no resultado do exercício são de R\$5.699 mil (R\$5.723 em 2006).

## 11. DIFERIDO

Refere-se basicamente a despesas com implantação de sistemas, reorganização, estudos e projetos. O saldo do ativo diferido está assim demonstrado:

	2007	2006
Custo .....	46.504	41.454
(-) Amortização acumulada .....	(23.039)	(20.646)
<b>Total</b> .....	<b>23.465</b>	<b>20.808</b>

## 12. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Em 31 de dezembro os saldos estão assim demonstrados:

	2007	2006
Fornecedores de materiais .....	2.585	2.613
Fornecedores de serviços .....	16.549	14.001
Fornecedores - Projeto Águas Limpas .....	5.928	1.669
<b>Total</b> .....	<b>25.062</b>	<b>18.283</b>

## 13. FINANCIAMENTOS

Os financiamentos foram obtidos junto às instituições financeiras, e estão assim demonstrados:

Em moeda nacional	2007			2006		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Banco do Brasil .....	277	263	540	415	577	992
CEF - Águas Limpas (c) .....	—	9.169	9.169	—	5.824	5.824
Caixa Econômica Federal (a) .....	6.008	27.850	33.858	6.041	28.875	34.916
<b>Total</b> .....	<b>6.285</b>	<b>37.282</b>	<b>43.567</b>	<b>6.456</b>	<b>35.276</b>	<b>41.732</b>
<b>Em moeda estrangeira</b>						
Banco do Brasil - DMLP (b) .....	991	10.446	11.437	1.127	13.963	15.090
<b>Total</b> .....	<b>7.276</b>	<b>47.728</b>	<b>55.004</b>	<b>7.583</b>	<b>49.239</b>	<b>56.822</b>

(a) Caixa Econômica Federal: Empréstimo em fase de retorno, financiado em 18 anos com taxa de juros de 6% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2011. Os pagamentos são efetuados mensalmente.

(b) Banco do Brasil - DMLP: Dívida em moeda estrangeira de médio e longo prazo, contraída junto a credores externos e transferida no ano de 1997 para o Tesouro Nacional, conforme determinam as Portarias MF nº 089/96 e nº 192/96. O último vencimento será no ano 2024.

(c) Caixa Econômica Federal - Águas Limpas: Empréstimo em fase de carência, financiado em 15 anos com taxa de juros de 6,5% a.a. e 8% a.a.

Os empréstimos estão garantidos por crédito de receitas próprias, títulos de cobrança recebíveis e notas promissórias.

## 14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

# 840 mil pessoas atendidas com serviços de coleta e tratamento de esgoto



	2007	2006
Imposto de renda .....	1.069	1.258
ISS .....	672	187
Contribuição social .....	155	229
PASEP .....	203	385
COFINS .....	935	1.797
INSS .....	3.211	2.620
Retenção de contribuições - CSLL/PIS/COFINS .....	516	427
Salário-educação .....	774	891
FGTS .....	463	522
Outros .....	12	41
<b>Total .....</b>	<b>8.010</b>	<b>8.357</b>

## 15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O critério adotado pela Companhia é de constituir provisão para ações consideradas como perdas prováveis.

### a. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A CESAN mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e civis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	2007	2006
Cível (i) .....	775	775
Trabalhista (ii) .....	16.767	14.220
<b>Total .....</b>	<b>17.542</b>	<b>14.995</b>
Curto Prazo .....	2.797	2.592
Longo Prazo .....	14.745	12.403

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

- (i) A provisão cível refere-se ao processo movido por fornecedor da Companhia em 8 de fevereiro de 2002, decorrente do contrato de serviços operacionais existente entre as partes.
- (ii) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, horas extras e outras verbas trabalhistas.

### b. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	2007	2006
Cível (i) .....	295	295
Trabalhista (ii) .....	16.893	11.079
Tributária (iii) .....	387	387
<b>Total .....</b>	<b>17.575</b>	<b>11.761</b>

Os detalhes sobre os processos com probabilidade de perda possível, são os seguintes:

- (i) Refere-se à ação de indenização por danos materiais e morais. O processo encontra-se em julgamento no Tribunal de Justiça do Espírito Santo.
- (ii) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, horas extras e outras verbas trabalhistas.
- (iii) Os valores referem-se a autuação de multa, fundamentada no fato de não ter incluído, determinadas informações nas guias de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações e Previdência Social - GFIP, os valores pagos aos contribuintes individuais (autônomos).

## 16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR DE LONGO PRAZO

	2007	2006
IRPJ (a) .....	36.516	34.370
INSS (b) .....	15.630	14.689
Salário-educação parcelado .....	3.667	4.201
IRPJ sobre reserva de reavaliação (c) .....	49.199	51.373
CSSL sobre reserva de reavaliação (c) .....	17.678	18.461
INSS parcelado .....	3.155	3.609
CSSL parcelada .....	531	608
<b>Total .....</b>	<b>126.376</b>	<b>127.311</b>

- (a) Em sentença de 18 de dezembro de 1997, revista e mantida pela Justiça Federal em 16 de janeiro de 1998, foi concedido à Companhia o benefício da Antecipação de Tutela para eximir-se do pagamento do imposto de renda derivado do lucro inflacionário, realizado anualmente a partir do ano-calendário de 1995. Em consequência disso, a Companhia deixou de recolher o referido imposto a partir daquele exercício, mantendo o valor apurado de aproximadamente R\$36.516 mil, registrado na conta de impostos e contribuições a recolher, no passivo exigível a longo prazo.

- (b) Os valores referem-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos.

- (c) Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado da reavaliação do ativo imobilizado conforme mencionado na nota 10.

## 17. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela FAECES - Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN, entidade fechada de previdência complementar.

O objetivo do plano é complementar os benefícios concedidos pela Previdência Oficial, por meio do recebimento de contribuições individuais dos participantes (empregados) e da patrocinadora.

A Companhia assinou contrato de confissão de dívida, obrigando-se ao pagamento em 17 (dezesete) anos, contados a partir de janeiro de 2001, do valor referente ao tempo de serviço dos seus empregados, transcorrido anteriormente à criação da FAECES. Tal contrato foi averbado como tempo de contribuição efetiva, em conformidade com o que dispõe a Deliberação nº 1.812/94, aprovada pelo Conselho de Administração da CESAN em sua 514ª reunião.

Em 17 de janeiro de 2008, foi assinado termo aditivo ao contrato de confissão de dívida com pacto adeto de caução entre a CESAN e a FAECES, no qual é confessada a dívida de R\$51.394 mil que deverá ser paga em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2008, vencendo a última em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente, ao valor da parcela a amortizar, a CESAN obriga-se a pagar mensalmente, sobre o saldo devedor, uma taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano, acrescida do INPC - IBGE do mês anterior ao mês de competência de cada parcela.

Conforme solicitado pela NPC 26 do IBRACON - "Contabilização de Benefícios a Empregados", a Companhia avaliou, em 31 de dezembro de 2007, os Planos de Benefícios Previdenciários da FAECES, referentes aos planos por ela patrocinados. Os resultados dessa avaliação foram apurados por Atuário Independente, que emitiu parecer utilizando-se do método da unidade de crédito projetado.

O Parecer Atuarial, datado de 25 de janeiro de 2008, relata que a situação atuarial da FAECES em 31 de dezembro de 2007 encontra-se equilibrada, sendo registrado um superávit técnico acumulado de R\$312 mil, equivalente a 0,26% do Ativo Líquido do Plano, dimensionado em R\$118.104 mil.

Em relação às hipóteses atuariais biométricas, foi adotada a Tábua de Mortalidade Geral AT-83 com 3 anos de agravamento em substituição à Tábua AT-49. Os benefícios de aposentadoria e pensão foram avaliados adotando o Regime de Capitalização, na forma definida pelo Método de Crédito Unitário Projetado, e o Pecúlio Morte e o Resgate de Contribuição pelo Regime de Repartição Simples. O ônus decorrente da implantação da Tábua AT-83 foi absorvido pelo superávit acumulado existente, não existindo nenhuma transferência de custos para os participantes e patrocinador.

Apresenta-se, a seguir, a demonstração do número de participantes por tipo de Plano:

	2007	2006
<b>Participantes Ativos</b>	<b>986</b>	<b>954</b>
<b>Participantes Assistidos:</b>		
Aposentados .....	502	492
Pensionistas .....	95	78
Outros .....	4	5
<b>Total .....</b>	<b>601</b>	<b>575</b>
<b>Total .....</b>	<b>1.587</b>	<b>1.529</b>

Na qualidade de patrocinadora, a CESAN contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da FAECES de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios, sendo o percentual máximo de contribuição da Companhia, limitado a 3,81% da folha de salários dos colaboradores. No exercício de 2007 a CESAN contribui com R\$2.827 mil (R\$2.453 mil em 2006).

Em 31 de dezembro de 2007, as obrigações da CESAN para com a FAECES estão assim demonstradas:

	2007	2006
Curto Prazo .....	5.072	4.770
Longo Prazo .....	47.323	47.705
<b>Total .....</b>	<b>52.395</b>	<b>52.475</b>

## 18. CRÉDITOS DE ACIONISTAS

O saldo em 31 de dezembro de 2007 está assim demonstrado:

	2007	2006
Créditos de acionistas .....	33.606	7.430
<b>Total .....</b>	<b>33.606</b>	<b>7.430</b>

Em 2005 iniciaram-se as obras do Projeto Águas Limpas com recursos próprios da CESAN e, em contrapartida, do Governo do Estado. O saldo registrado na rubrica de créditos de acionistas, em 31 de dezembro de 2007, refere-se à contrapartida do Governo do Estado no referido projeto.

## 19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Além do saldo decorrente dos investimentos realizados pelo Governo do Estado no Projeto Águas Limpas, conforme demonstrada na nota explicativa 18, as demais transações com partes relacionadas são decorrentes do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados a administração pública do Estado.

As operações com partes relacionadas são realizadas a preços e condições considerados pela administração como compatíveis com os praticados no mercado.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2007, é de R\$549.665 mil representado por 549.664.910.856 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.



**CESAN**  
qualidade em saneamento

**UM NOVO**  
**ESPÍRITO SANTO**  
Governador do Estado  
www.es.gov.br

Acionistas:	Quantidade de ações	%
Governo do Estado do Espírito Santo .....	383.273.652.503	69,73%
Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo .....	161.007.350.551	29,29%
Minoritários .....	5.383.907.802	0,98%
	<b>549.664.910.856</b>	<b>100,00%</b>

**b. Reserva legal**

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6404/76 e artigo 30 letra "a" do Estatuto Social da Companhia.

**c. Dividendos**

Os juros a pagar a acionistas calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 foram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações contábeis, os juros sobre capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

Para atender a essa disposição estatutária, a Administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	2007	2006
Lucro líquido do exercício .....	32.128	25.816
Reserva legal (5%) .....	(1.606)	(1.291)
Realização da reserva de reavaliação .....	5.740	6.023
Base de cálculo dos dividendos .....	36.262	30.549
Dividendos (25%) .....	9.066	7.637
Juros sobre capital próprio .....	17.400	14.460
Imposto de renda retido na fonte .....	(251)	(659)
Valor líquido para distribuição .....	<b>17.149</b>	<b>13.801</b>

**d. Reserva para investimentos**

De acordo com o Estatuto da Companhia, aprovado em 24 de abril de 2005, em seu artigo 30, parágrafo 1º, letra "c", o lucro do exercício poderá ser destinado para constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembléia Geral.

A Administração da Companhia destinou o montante de R\$18.862 mil para constituição de Reserva para Investimentos, para a execução de planos de investimentos no pressuposto de aprovação em Assembléia Geral.

A reserva para investimentos constituída no exercício de 2006, no montante de R\$16.088 mil foi destinada para aumento do capital social da Companhia.

**e. Remuneração dos empregados e administradores**

De acordo com o que estabelece o artigo 3º, do Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1977, foram computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos às seguintes remunerações mensais (base - dezembro de 2007) pagas aos empregados e administradores:

	2007
Maior remuneração - Em reais .....	13.865
Menor remuneração - Em reais .....	913

A remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração, Fiscal e da Diretoria foi de R\$ 1.027 mil em 2007 (R\$ 972 mil em 2006).

A Administração da Companhia, em consonância com o Estatuto Social, artigo 30 letra "d" do Estatuto Social da CESAN, distribuiu a seus empregados o percentual de aproximadamente 8,08% (oito vírgula zero oito por cento) do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros da Companhia.

O valor da remuneração dos empregados será distribuído na proporção de 1 (um) salário-base, respeitada a proporcionalidade mensal para os empregados admitidos e desligados no exercício de 2007.

A Companhia destinou do resultado apurado em 31 de dezembro de 2007 o montante de R\$2.600 mil (dois milhões e seiscentos mil reais), para fazer face a esse compromisso.

**21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Número de ligações		Valores em R\$ mil	
	2007	2006	2007	2006
<b>Fornecimento de água</b>				
Residencial .....	424.612	418.247	186.407	179.259
Comercial .....	20.012	19.845	36.728	34.290
Industrial .....	1.201	1.163	43.161	40.633
Órgãos Públicos .....	6.830	6.615	19.793	17.662
Outras receitas do fornecimento de água .....	-	-	8.811	5.200
	<b>452.655</b>	<b>445.870</b>	<b>294.900</b>	<b>277.044</b>
<b>Serviços de esgotamento sanitário</b>				
Residencial .....	98.056	93.600	36.924	34.704
Comercial .....	5.858	5.453	5.806	5.064
Industrial .....	434	385	1.006	770
Órgãos Públicos .....	1.346	1.224	1.793	1.444
Outras receitas dos serviços de esgoto .....	-	-	28	-
	105.694	100.662	45.557	41.982

**(-) Deduções da receita**

PIS .....	(3.270)	(3.170)
COFINS .....	(15.022)	(14.644)
ISS .....	-	-
	<b>(18.292)</b>	<b>(17.814)</b>
<b>Total .....</b>	<b>322.165</b>	<b>301.212</b>

Em julho de 2007 as tarifas foram reajustadas em 4,0%.

**22. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

Os custos incorridos com a prestação de serviços de água e esgoto podem ser assim demonstrados:

	2007	2006
<b>Sistema de abastecimento de água</b>		
Captação .....	23.731	20.613
Tratamento .....	11.481	10.959
Sistema de abastecimento de água cat. "B" .....	2.937	2.608
Sistema de distribuição de água cat. "B e C" .....	45.743	41.496
Sistema de distribuição de água cat. "A" .....	29.459	26.168
	<b>113.351</b>	<b>101.844</b>
<b>Sistema de esgoto sanitário</b>		
Coleta .....	11.764	10.675
Tratamento .....	19.706	18.993
Sistema de esgoto sanitário .....	9.005	6.338
	<b>40.475</b>	<b>36.006</b>
<b>Custos administrativos (água e esgoto)</b>		
Despesas das unidades da estrutura orgânica .....	25.072	23.588
	<b>178.898</b>	<b>161.438</b>

**23. DESPESAS COMERCIAIS**

As despesas comerciais estão demonstradas como segue:

	2007	2006
Despesas gerais e administrativas da unidade .....	(17.046)	(21.835)
Perdas no recebimento de tarifas .....	(25.740)	(42.181)
Reversão de perdas .....	11.394	21.370
	<b>(31.392)</b>	<b>(42.646)</b>

As despesas com perdas no recebimento de tarifas e a provisão para devedores duvidosos são registradas conforme mencionado na nota 6.

**24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**a. Imposto de renda do exercício**

O valor registrado como despesa de imposto de renda nas demonstrações contábeis está calculado conforme demonstrado a seguir:

	2007	2006
Lucro antes dos impostos e contribuições .....	17.402	17.051
<b>Adições</b>		
Provisão para débitos trabalhistas .....	6.472	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	-	6.214
Depreciação de bens reavaliados .....	8.697	8.671
Atualização de IRPJ sem Jucide .....	2.146	2.075
Contingências de INSS .....	-	9.075
Contingências IRPJ - 1999 .....	-	2.370
Outras adições .....	1.324	4.753
	<b>18.639</b>	<b>33.158</b>

**Exclusões**

Participação dos empregados .....	-	(2.600)
Pagamentos efetuados à FAECES .....	(6.402)	(5.156)
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	(1.142)	(12.586)
Reversão da provisão para débitos trabalhistas .....	(3.926)	-
Outras exclusões .....	(384)	(3.448)
	<b>(11.854)</b>	<b>(23.790)</b>

<b>Subtotal .....</b>	<b>24.187</b>	<b>26.419</b>
Compensação de prejuízo fiscal .....	(7.256)	(7.926)
Base de cálculo .....	16.931	18.493
Alíquota - 15% .....	2.540	2.774
Alíquota - 10% .....	1.669	1.825
Incentivos fiscais .....	(102)	(88)
(-) Imposto de renda sobre a reserva de reavaliação .....	(2.174)	(2.262)
	<b>1.933</b>	<b>2.249</b>

**b. Contribuição social do exercício**

O valor registrado como despesa de contribuição social nas demonstrações contábeis está calculado conforme demonstrado a seguir:



# R\$ 266,2 milhões investidos em saneamento entre 2003 e 2007

	2007	2006
Lucro antes dos impostos e contribuições	17.402	17.051
<b>Adições</b>		
Provisão para débitos trabalhistas	6.472	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	6.214
Depreciação de bens reavaliados	8.697	8.671
Atualização de IRPJ sem Jucide	2.146	2.075
Contingências de INSS	-	9.075
Contingências IRPJ - 1999	-	2.370
Outras adições	1.324	4.753
	<b>18.639</b>	<b>33.158</b>
<b>Exclusões</b>		
Participação dos empregados	-	(2.600)
Pagamentos efetuados à FAECES	(6.402)	(5.156)
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.142)	(12.586)
Reversão da provisão para débitos trabalhistas	(3.926)	-
Outras exclusões	(384)	(3.448)
	(11.854)	(23.790)
<b>Subtotal</b>	<b>24.187</b>	<b>26.419</b>
Compensação de prejuízo fiscal	(7.256)	(7.926)
Base de cálculo	16.931	18.493
Alíquota - 9%	1.524	1.664
(-) Contribuição social sobre a reserva de reavaliação	(783)	(819)
	<b>741</b>	<b>845</b>

## c. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base de cálculo negativa de contribuição social e diferenças temporárias que serão utilizados para redução de carga tributária futura, conservadoramente não foram reconhecidos em função do histórico de prejuízos fiscais passados da Companhia. Estes valores serão reconhecidos a base de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social a ser apurado pela Companhia.

	2007	2006
IR sobre prejuízos fiscais	3.693	5.507
CSLL sobre base negativa	5.592	6.245
IR e CSLL sobre adições temporárias	15.324	16.724

## 25. SEGUROS

A Companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multiriscos sobre seus ativos e responsabilidades.

Não ocorreram durante o exercício perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis de aplicações financeiras, contas a receber constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação com terceiros ou, na ausência destes, quando comparados com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante esse exercício, a CESAN não realizou operações com derivativos.

### a. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

### b. Concentração de risco de crédito

As contas a receber são bastante pulverizadas e correspondem a um grande número de clientes. Portanto, não se concentram em alguns clientes, minimizando o risco de crédito em conjunto com os procedimentos de controle.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisões julgadas suficientes pela Administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas na realização.

### c. Moeda estrangeira

Os financiamentos em moeda estrangeira destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. A CESAN não realizou operações de proteção cambial para esses financiamentos.

## 27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS (NÃO AUDITADO)

A Companhia possui dois segmentos de negócios, que são distribuição de água tratada e coleta e tratamento de esgotamento sanitário. O lucro operacional por segmento é representado pela

receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais direta e indiretamente alocadas a esses segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

Composição	2007			2006		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita bruta dos serviços	294.900	45.557	340.457	277.044	41.982	319.026
(-) Impostos sobre serviços	(15.811)	(2.481)	(18.292)	(15.448)	(2.366)	(17.814)
Receita líquida dos serviços	279.089	43.076	322.165	261.596	39.616	301.212
Custo dos serviços prestados	(135.067)	(43.831)	(178.898)	(122.329)	(39.110)	(161.439)
Lucro Bruto	144.022	(755)	143.267	139.267	507	139.774
Despesas operacionais	(80.505)	(12.435)	(92.940)	(80.590)	(12.212)	(92.802)
Lucro antes do resultado financeiro	63.517	(13.190)	50.327	58.677	(11.705)	46.972

## 28. ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA, COM VIGÊNCIA A PARTIR DE JANEIRO DE 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil que entrou em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2008.

Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do exercício de 2008, enquanto outras dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações que poderão afetar a Companhia podem ser sumariadas como segue:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Criação da possibilidade da escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.
- Obrigatoriedade da Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido.
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.
- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, riscos e controle dos bens.

Em razão dessas alterações terem sido recentemente promulgadas e, algumas ainda dependem de normatização dos órgãos reguladores para serem aplicadas, não é possível determinar os impactos decorrentes da entrada em vigor da referida lei nas demonstrações contábeis da Companhia.

## COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

**Paulo Ruy Valim Carnelli**  
Diretor-Presidente

**Carlos Eduardo F. Saleme**  
Diretor de Operação Metropolitana

**Carlos Fernando Martinelli**  
Diretor de Operação do Interior

**Luiz Ferraz Moulin**  
Diretor de Administração e Meio Ambiente

**Ricardo Maximiliano Goldschmidt**  
Diretor de Relações com o Cliente

**Edmar José Zorzal**  
Gerente Financeiro e Contábil

**Silvana Ciqueira Alves Menegaz**  
Contadora CRC-ES 012257/O-7



**CESAN**  
qualidade em saneamento

**UM NOVO**  
**ESPÍRITO SANTO**  
Governo do Estado  
www.es.gov.br

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN ("Companhia"), levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e a financeira da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme comentado na nota explicativa nº. 17, a Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os seus funcionários (participantes e assistidos), na modalidade de contribuição definida no que se refere à remuneração básica do beneficiário, porém com garantia de certos benefícios adicionais durante o período de carência, tais como benefício de risco e renda mensal vitalícia calculada atuarialmente. Conforme estabelecido pela Norma e Procedimentos de Contabilidade - NPC nº. 26, emitida pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, as obrigações relacionadas ao patrocínio de benefício pós-emprego (somente a parcela referente ao benefício definido do plano) devem ser quantificadas e reconhecidas pela Entidade em obediência ao regime de competência. Em atendimento a norma acima, a Companhia não contratou uma empresa de consultoria técnica atuarial, para auxiliar na determinação do passivo atuarial relativo aos benefícios do plano patrocinado pela Cesan. Todavia, em nossos exames, identifica-

mos o montante de R\$ 52.395 mil, relativo ao contrato de confissão de dívida assinado em 28 de agosto de 2001, cujos valores foram revisados no exercício de 2007 por atuários independentes, com base no qual a administração da Companhia entende ser tal valor suficiente para cobrir o benefício pós-emprego. Nossa incerteza paira na necessidade ou não do complemento desse contrato de confissão de dívida, caso uma reavaliação atuarial apurasse que o valor justo dos ativos não fosse suficiente para cobrir o valor presente das obrigações atuariais ou que o passivo atuarial fosse maior que a dívida contratada.

5. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração do valor adicionado apresentada para propiciar informações suplementares como parte integrante das demonstrações contábeis foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
6. As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e o nosso parecer, datado de 16 de março de 2007, continha limitação, em função dos controles internos relativos ao Contas a Receber não serem suficientes para nos assegurar sobre a fidedignidade dos saldos registrados na referida rubrica, bem como as informações geradas não foram suficientes para uma adequada avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em 31 de dezembro de 2007, os controles internos da Companhia foram suficientes para nos assegurar sobre os saldos registrados na rubrica de contas a receber e para a adequada avaliação da provisão.

Belo Horizonte, 14 de março de 2008

**Antônio de Pádua Soares Pelicarpó.**

Sócio-contador

CRC MG27739/O-3 "S" ES

**BDO Trevisan Auditores Independentes**

CRC 2SP013439/O-S

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, tendo examinado o Balanço Patrimonial da CESAN, e com base no parecer da Auditoria Externa - BDO Trevisan Auditores Independentes, cujo ativo e passivo importam em R\$ 1.096.118 (Hum bilhão, noventa e seis milhões e cento e dezoito mil), as respectivas Demonstrações de Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido das Origens e Aplicações de Recursos, inclusive as Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, manifestaram-se favoráveis, recomendando neste sentido, a sua aprovação integral pela Assembléia Geral Ordinária.

Vitória, 18 de março de 2008.

**Edson Luiz Bermudes Ferreira**  
Conselheiro

**Miguel dos Santos Costa**  
Conselheiro

**Sérgio da Cunha Rodrigues**  
Conselheiro

## PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2007

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame do Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, aprovaram e opinaram pela sua aprovação na Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas.

Vitória, 25 de março de 2008.

**Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun**  
Presidente do C.A.

**Sebastião Barbosa**  
Conselheiro

**José Alves Paiva**  
Conselheiro

**Paulo Ruy Valim Carnelli**  
Conselheiro

**Haroldo Corrêa Rocha**  
Conselheiro

**Ronaldo Rogério F. Oliveira**  
Conselheiro